



Despacho n.º1/VP/2017

de 31 de outubro

Destinatários:Departamento de Planeamento e Urbanismo (DPUR)

Assunto: Subdelegação de Competências

Ao abrigo da competência que me é conferida pelo *n.º 1 do artigo 38º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro* e no âmbito das competências que me foram delegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal em 26 de Outubro do corrente ano, pelo Despacho n.º 9/P/2017, **subdelego o exercício parcial das referidas competências na Exma. Senhora Arq. Maria Graça Estrela Roque Costa Matos, Directora do Departamento de Planeamento e Urbanismo**, que nas suas faltas e impedimentos é substituída, respectivamente, pelo Arq. Pedro Teixeira Ferreira Pacheco, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, e pelo Dr. Luís Miguel Sousa Guerra Borges Garcia, Chefe de Divisão de Planeamento, excepcionando deste acto as competências que não são passíveis de subdelegação no termo da norma supra citada.

Assim, sem prejuízo da ressalva supra referida, subdelego na **Directora do Departamento de Planeamento e Urbanismo**, - e nas suas faltas e impedimentos nos dirigentes supra mencionados -, o despacho relacionado com a Secção de Obras Particulares, pelo que, os referidos dirigentes, no âmbito que decorre do *Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual conferida pelo DL n.º 177/2001 de 4 de Junho e Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, pelo DL n.º 26/2010 de 30 de Março e ainda pelo DL 136/2014 de 9 de Setembro (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, abrev. R.J.U.E.)* passam, pelo presente acto a deter competências, designadamente, para a:

- a) direcção da instrução dos procedimentos de licenciamento e autorização de operações urbanísticas e obras particulares, designadamente, o saneamento e apreciação liminar no âmbito do *artigo 11º do R.J.U.E.* ;
- b) promover e coordenar a consulta a entidades exteriores ao Município no âmbito dos procedimentos de informação prévia e de licenciamento cfr. prevê o *R.J.U.E.*;
- c) processamento de todo o expediente de administração ordinária da Secção de Obras Particulares,

designadamente, assinando toda a correspondência a expedir e que se integre na tramitação dos procedimentos das operações urbanísticas e obras particulares.

Ainda ao abrigo da competência que me é conferida pelo *n.º 1 do artigo 38º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro* e no âmbito das competências que me foram delegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal nos termos já referidos, subdelego o exercício das competências adiante especificadas no **Chefe de Divisão de Gestão Urbanística**, Ex.mo. Senhor Arq. Pedro Teixeira Ferreira Pacheco, que pelo presente acto passa a deter competências para, especificamente, proceder à tramitação e expedição de certidões conexas com imóveis para efeitos de Propriedade Horizontal. Mais subdelego o exercício das competências adiante especificadas no **Chefe de Divisão de Planeamento**, Ex.mo. Senhor Dr. Luís Miguel Sousa Guerra Borges Garcia, para o exercício de todos os actos de mera gestão ordinária em sede de tramitação e expedição de certidões conexas com imóveis para efeitos de Imposto Municipal de Imóveis e ainda proceder a todos os actos de instrução e expedição relativos à atribuição dos primeiros números de polícia de edificações conclusas em processos de urbanização e edificação. Ambos os dirigentes detêm ainda competência para subscrever certidões e cópias autenticadas e substituem-se nas suas faltas e impedimentos e, na impossibilidade de o fazerem, serão substituídos pela Directora de Departamento Arq. Maria Graça Estrela Roque Costa Matos.

Determino ainda o seguinte:

Sem embargo de qualquer acto de delegação ou subdelegação de competências, devem ser remetidos a visto prévio do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, todos os processos administrativos referentes a operações urbanísticas e obras de edificação de maior impacto municipal.

Assim, o DPU, e respetiva Subunidade Orgânica de Obras Particulares, fica obrigado a remeter previamente ao exame e visto prévio do Presidente da Câmara Municipal todos os processos administrativos conexos com **Operações de Loteamento** que, nos termos do *art. 12.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município* em vigor, **não se encontram dispensadas de discussão pública** e ainda aquelas que tenham por efeito a constituição de 10 ou mais lotes destinados à edificação urbana e, proceder de igual modo no que concerne às **Operações Urbanísticas de Impacto Semelhante a um Loteamento** cfr. se encontram tipificadas no *art. 14º do cit. Regulamento Municipal*.

Consequentemente, devem os serviços adotar o mesmo procedimento no que tange às informações prévias e obras de urbanização conexas com os procedimentos referidos no parágrafo antecedente.

A este regime ficam também especialmente afetos todos os **Empreendimentos Turísticos**.

À presente subdelegação de competências é aplicável o regime jurídico a que se reporta o *n.º 2º e n.º 3 do artigo n.º 34º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual*. Esta subdelegação de competências é válida e eficaz nos termos supra referidos e produz efeitos desde a data da sua assinatura até à prolação de acto cessação da mesma, não prejudicando qualquer acto de avocação de procedimento administrativo que o delegante repute por conveniente.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada



Humberto Trindade Borges de Melo

Divulgue-se